



- LEI Nº 10.035, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000.
- ALTERAÇÕES NA CLT
-
- **TERMO DE CONCILIAÇÃO**
- === VALE como DECISÃO IRRECORRÍVEL, SALVO para a PREVIDÊNCIA SOCIAL quanto às contribuições devidas.
- === *Súmula nº 259 do TST*
- Só por ação rescisória é impugnável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT.
- **NATUREZA JURIDICA DAS PARCELAS**
- === As decisões cognitivas ou homologatórias DEVERÃO SEMPRE indicar a natureza jurídica das parcelas. (Art. 832, § 3º)

- **LEI Nº 10.035, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000.**
- **CITAÇÃO. RECURSO**
- ===O INSS será INTIMADO, por via postal, DAS DECISÕES HOMOLOGATÓRIAS, facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas.
-
- **EXECUÇÃO DE OFICIO**
- === Serão executados *EX OFFICIO* os créditos previdenciários (,resultantes de condenação ou homologação de acordo.
- SUMULA 368 DO TSTS- I - ... A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, LIMITA-SE ÀS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS EM PECÚNIA que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

- **LEI Nº 10.035, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000.**
- **PAGAMENTO PARCIAL DAS CONTRIBUIÇÕES**
- ===FACULTA-SE ao devedor o PAGAMENTO IMEDIATO DA PARTE QUE ENTENDER DEVIDA À PREVIDÊNCIA SOCIAL, sem que isso cause prejuízo às diferenças encontradas na execução *ex officio*. ([Art. 878-A](#))
-
- **LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA**
- ===As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.
- ===Liquidação Cálculo – deve abranger, também, as contribuições previdenciárias devidas.
- **SUMULA 368 DO TST-**
- II - É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FISCAIS, RESULTANTE DE CRÉDITO DO EMPREGADO oriundo de condenação judicial, devendo ser calculadas, em relação à incidência dos descontos fiscais, mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22/12/1988, com a redação dada pela Lei nº 12.350/2010.
- III - Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, §4º, do Decreto nº 3.048/1999 que regulamentou a Lei nº 8.212/1991 e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição

-

- [LEI Nº 10.035, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000.](#)

- **MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO**

- Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procede à intimação por via postal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para manifestação, NO PRAZO DE DEZ DIAS, sob pena de preclusão.

-

- **JULGAMENTO DOS INCIDENTES**

- ===Os embargos e as impugnações à liquidação, apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário, são julgados na mesma sentença.

-

- **LEI Nº 10.035, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000.**

- **SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

- === Concedido parcelamento do débito previdenciário perante o INSS:
- O devedor deverá juntar aos autos documento comprobatório do ajuste
- É SUSPensa a execução da respectiva contribuição previdenciária ATÉ final e integral cumprimento do parcelamento.

-

-

- **INFORMAÇÕES À RECEITA**

- === As varas do trabalho encaminharão ao órgão competente do INSS, mensalmente, cópias das guias pertinentes aos recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento

-

.